

Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - Unidade Pernambucana de Atenção Especializada UPAE Arruda

Demonstrações Financeiras “carve-out”
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS “CARVE-OUT”

Aos Administradores da
Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - Unidade Pernambucana de Atenção Especializada UPAAE
Arruda

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - Unidade Pernambucana de Atenção Especializada UPAAE Arruda (“Entidade”), filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, que compreendem o balanço patrimonial “carve-out” em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit “carve-out”, do superávit abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio social “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira “carve-out” da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - Unidade Pernambucana de Atenção Especializada UPAAE Arruda em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações “carve-out” e os seus fluxos de caixa “carve-out” para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação técnica aplicável para entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião com ressalvas

- a) Conforme apurado durante nosso exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, identificamos que os superávits apurados pela unidade sob gestão vêm sendo contabilizados indevidamente diretamente no patrimônio líquido. De acordo com os princípios aplicáveis à natureza da Entidade, os recursos destinados às atividades de gestão devem ser integralmente utilizados para custeio, de modo que os superávits apurados pelas Unidades Administradas devem ser classificados como obrigações no balanço da Entidade e subsequentemente devolvidos ao Ente público. Até a data das demonstrações, não obtivemos evidência apropriada e suficiente acerca dos montantes acumulados registrados, de modo a suportar a classificação da obrigação junto aos respectivos Entes contratantes. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos relativos a essas obrigações e, por consequência, no patrimônio líquido da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.
- b) Durante a auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, identificamos que os valores registrados no ativo da Entidade, a título de contas a receber de longo prazo, no montante de R\$ 330 (R\$ 330 em 2023), referem-se a déficits apurados pelas unidades sob gestão da Entidade. De acordo com os princípios contábeis aplicáveis ao terceiro setor e à natureza jurídica dos contratos de gestão, tais déficits representam valores a serem reembolsados pelos Entes contratantes, porém, não foi realizada, até a data das demonstrações, uma análise adequada de recuperabilidade desses valores, de modo a suportar a expectativa de recebimento futuro junto aos respectivos Entes contratantes. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos relativos a esses recebíveis e, por consequência, no patrimônio líquido da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out””. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Base de preparação das demonstrações financeiras “carve-out”

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”. As demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser um indicativo da posição e da performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a Entidade, juntamente com a matriz Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer tivessem operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas para serem utilizadas no processo de prestação de contas junto à Secretaria Municipal de Saúde do Recife (SESAU), portanto podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Renovação do contrato de gestão

Chamamos a atenção a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras “carve-out”, que descreve que a Unidade Pernambucana de Atenção Especializada UPAE Arruda, filial da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, atua como gestora da unidade de saúde por meio do contrato de gestão. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações financeiras “carve-out” devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras “carve-out”

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação técnica aplicável para entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”

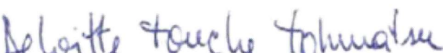
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de junho de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PE


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER
 UNIDADE PERNAMBUCANA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - UPAE ARRUDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS "CARVE-OUT" EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	632	629	Fornecedores	11	119	330
Contas a receber	8	982	1.197	Obrigações trabalhistas e sociais	13	684	694
Estoques	9	69	75	Obrigações tributárias	12	<u>70</u>	<u>79</u>
Outros créditos		<u>65</u>	<u>54</u>	Total do passivo circulante		<u>873</u>	<u>1.103</u>
Total do ativo circulante		<u>1.748</u>	<u>1.955</u>				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	8	<u>330</u>	<u>330</u>	Obrigações trabalhistas e sociais	13	-	213
Total do ativo não circulante		<u>330</u>	<u>330</u>	Provisão para processos judiciais e administrativos	14	46	46
				Mútuo com partes relacionadas a pagar	10	<u>4</u>	<u>0</u>
				Total do passivo não circulante		<u>50</u>	<u>259</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Superávit acumulado	15	<u>1.155</u>	<u>923</u>
				Total do patrimônio líquido		1.155	923
TOTAL DO ATIVO		<u>2.078</u>	<u>2.285</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.078</u>	<u>2.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "Carve out".

SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER
UNIDADE PERNAMBUCANA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - UPAE ARRUDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO "CARVE-OUT"
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	16	7.852	8.821
CUSTOS OPERACIONAIS	17	(4.894)	(4.530)
RESULTADO BRUTO		<u>2.958</u>	<u>4.291</u>
Despesas gerais e administrativas	18	(2.368)	(2.186)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	18	(343)	(209)
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(2.711)</u>	<u>(2.395)</u>
Receitas financeiras	19	8	18
Despesas financeiras	19	(22)	(18)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(15)	0
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>232</u>	<u>1.896</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "Carve out".

SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER
UNIDADE PERNAMBUCANA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - UPAE ARRUDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE "CARVE-OUT"
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	232	1.896
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>232</u>	<u>1.896</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "Carve out".

SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER
UNIDADE PERNAMBUCANA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - UPAE ARRUDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO "CARVE-OUT"
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	Superávit/ Déficit <u>acumulados</u>	Total do patrimônio <u>líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		(795)	(795)
Ajuste de exercícios anteriores		(178)	(178)
Superávit do exercício		1.896	1.896
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		923	923
Superávit do exercício	15	232	232
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>1.155</u>	<u>1.155</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "Carve out".

SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER
 UNIDADE PERNAMBUCANA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - UP AE ARRUDA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA "CARVE-OUT" - MÉTODO INDIRETO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		232	1.896
Ajustes:			
Constituição de provisão para risco fiscal e trabalhista		-	(4)
Resultado na baixa do imobilizado		-	130
Baixa de provisão para rescisão		(164)	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	58	-
Ajuste de exercício anterior		-	(178)
Superávit ajustado		<u>126</u>	<u>1.843</u>
(Aumento)/redução nos ativos em:			
Contas a receber	8	157	(1.025)
Estoques	9	6	(6)
Outros créditos e depósitos judiciais		(11)	(10)
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores	11	(211)	(355)
Obrigações tributárias	12	(9)	10
Obrigações trabalhistas e sociais	13	(59)	66
Caixa gerado das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(1)</u>	<u>523</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		<u>(1)</u>	<u>523</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimo com partes relacionadas	10	4	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		4	-
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3</u>	<u>523</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		629	106
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		632	629
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3</u>	<u>523</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "Carve out".

SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE COMBATE AO CÂNCER -
UNIDADE PERNAMBUCANA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA - UPAE ARRUDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS “CARVE-OUT”
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (“SPCC” ou “Sociedade”), qualificada como Organização Social, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e administração na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, com endereço na Avenida Cruz Cabugá, 1.597, Santo Amaro, CEP 50.040-000, com duração indeterminada, fundada em 9 de novembro de 1945, com natureza de pessoa jurídica de direito privado, que se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente.

A SPCC tem por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde e é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, pelo Decreto nº 67.087, de 20 de agosto de 1970, e de utilidade pública estadual pela Lei nº 1.568, de 4 de dezembro de 1952.

A Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer ganhou o direito de administrar UPAE Arruda, através de processo licitatório. A UPAE Arruda está situada na Avenida Professor José dos Anjos, Bairro do Arruda, Recife, Pernambuco, CEP 52.120-100. A Entidade tem por finalidade desenvolver as seguintes atividades:

- Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências.
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares.
- Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente.
- Laboratórios de anatomia patológica e citológica.
- Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia.
- Atividades de enfermagem.
- Atividades de profissionais da nutrição.
- Atividades de fonoaudiologia.
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos.
- Laboratórios clínicos.

Segundo o Estatuto Social da SPCC, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal são vedados de receberem a qualquer título, direta ou indiretamente, remuneração ou qualquer vantagem em razão das suas funções. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais.

1.1. Contrato de gestão - Unidade Pernambucana de Atenção Especializada - UPAE Arruda

Em 27 de junho de 2016, foi firmado o Contrato de Gestão nº 100/2016 entre o Município do Recife e a Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, onde constitui objeto do contrato de gestão, o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde a serem executados pela Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, na Entidade, em regime de 12 horas/dia, para que assegure assistência universal e gratuita à população, observados os princípios e legislação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de 2 (dois) anos, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, podendo ter seu prazo prorrogado, por sucessivos períodos até o limite máximo de 10 (dez) anos, após, demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e ainda, a indicação, garantia e aprovação das dotações orçamentárias necessárias para as despesas. De acordo com o 8º Termo Aditivo, o prazo vigente é até 26 de junho de 2026.

O 8º Termo Aditivo foi assinado em 19 de junho de 2024 com valor global correspondente à prorrogação do contrato por dois anos está estimado em R\$15.353 mediante a liberação de 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas no valor de R\$640.

As demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, onde as atividades desenvolvidas pela filial UPAE Arruda estão atreladas a metas descritas em contrato de gestão e depende do recebimento de repasse de recursos da SESAU para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, bem como da renovação do Contrato de gestão cujo 8º Termo aditivo se encerrará em 26 de junho de 2026.

1.2. Situação financeira, planos da Administração e continuidade operacional da SPCC

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, tendo em vista o êxito da execução do plano traçado desde 2022, de modelagem organizacional, dimensionamento, evidenciando sua recuperação através da sua capacidade de liquidez em 2023 e 2024, decorrente dos investimentos realizados, dos pleitos atendidos referentes ao pré e pós fixado, reequilíbrio financeiro dos contratos, do plano de recuperação extrajudicial, do empréstimo realizado, além de outras ações e melhorias nos processos que proporcionaram aumento de receita e redução de despesas.

A SPCC apresentou superavit de R\$13.344 em 2024 (superávit de R\$33.789 em 2023). Nessa data, a Sociedade apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) positivo, ou seja, o ativo circulante excedente ao passivo circulante, em R\$27.033 (positivo em 2023 no valor de R\$26.477), devido principalmente, ao seguimento da recuperação, o aumento do disponível e redução dos débitos com fornecedores.

A Administração da SPCC reforça o seu compromisso com a continuidade das ações que garantiram a sua continuidade operacional, revisitando sempre o cenário atual e as medidas já tomadas com o intuito de realizar novas projeções e elencar estratégias que garantam esse alcance. A SPCC é mantenedora das filiais relacionadas abaixo, cujos principais indicadores financeiros estão apresentados a seguir:

Unidade	Contrato	Em 31 de dezembro de 2024 (R\$ mil)				
		Total do ativo	Total do passivo	Patrimonio Líquido	Resultado do exercício	CCL
Hospital de Câncer	-	138.155	116.295	21.860	1.600	15.471
Hospital da Mulher do Recife - HMR	028/2016	17.804	15.029	2.776	2.038	472
Hospital Provisório do Recife - HPR	Encerrado	3.641	2.945	696	(247)	(1.999)
Hospital São Sebastião	002/2018	7.026	4.673	2.353	1.222	(382)
UPAE Caruaru	003/2018	6.894	2.139	4.754	2.450	1.748
UPAE Belo Jardim	004/2014	7.692	641	7.051	1.762	1.831
UPAE Arcoverde	005/2014	6.759	781	5.978	2.157	4.962
UPAE Arruda	100/2016	2.078	923	1.155	232	875
UPA Igarassu	002/2022	5.048	1.955	3.094	875	867
UPAE Palmares	020/2022	4.897	501	4.397	1.254	3.188
				Total	<u>13.344</u>	<u>27.033</u>

a) Aumento da receita operacional líquida

O aumento da receita operacional deve-se, principalmente, ao incentivo de qualificação aos leitos da portaria 1574/2023, além disso, houve também o recebimento retroativo do mesmo incentivo. No ano de 2024 foi registrado em todos os meses os recebimentos do piso de enfermagem.

Com esses recursos recebidos, a Sociedade alcançou em 2024 um equilíbrio financeiro que melhorou sua capacidade de liquidez, ampliação da produção e a qualidade do serviço prestado, além de outros benefícios indiretos.

b) Redução de custos de compras

A Sociedade, embasado no permissivo da Lei nº 11.101/2005 e sua interpretação dada pelos Tribunais Pátrios e doutrina especializada, fez constar em seu Plano de Recuperação Extrajudicial (PREJ) cláusulas que permitem a adesão de seus credores que até a data do ajuizamento do processo nº 0049542-47.2023.8.17.2001 em curso perante o Juízo da 14ª Vara Cível Seção B da Comarca de Recife-PE (Ação) detenham créditos decorrentes do fornecimento de Material Médico e Hospitalar. 82 credores (57%) da Sociedade aderiram ao Plano, através do documento “Instrumento Particular de Adesão a Plano de Recuperação Extrajudicial, Transação, Confissão de Dívida, e Outras Avenças” do valor total negociado de R\$14.243 de dívidas com fornecedores.

Em seguida, a Sociedade passou a realizar os pagamentos à vista e a nova Gestão de Suprimentos executou um trabalho de negociação de preço de compra, onde conseguiu reduções significativas.

c) Recurso de terceiros

Em março de 2023, foi realizado novo empréstimo no valor de R\$30.000 visando redução de custo direto tangente a desmobilização de pessoal e renegociação com fornecedores visando melhores preços na negociação e foi dado continuidade em 2024 com avanço final para entrega da Obra da Radioterapia e Regularização do Terreno do HCP.

d) Melhorias na área assistencial

Diversas ações também contribuíram para a redução de custos como; controle e diminuição dos desperdícios, padronização dos serviços de curativos, maior controle nos índices de infecções e eventos adversos, redução de tempo para início de tratamento de pacientes oncológicos, melhoria na qualidade assistencial, desenvolvimento dos gestores da área assistencial, assim como outras proporcionaram aumento do faturamento: aumento de exames de radiologia, aumento de quimioterapia, redução de cancelamento no quantitativo de cirurgia. Melhoria no serviço prestado ao paciente, com a diminuição do tempo de espera por atendimento e tempo de resultados.

Estratégia financeira para reequilíbrio financeiro, repactuação de dívidas e renovação do contrato

Para as filiais sob gestão, estão previstas ações para recuperação e equilíbrio do resultado operacional dos contratos de gestão. Abaixo destacamos as repactuações e aditivos realizados:

- UPAE Arruda

8º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 100/2016

Assinado em 19 de junho de 2024, prorroga o prazo de vigência do Contrato de Gestão nº 100/2016 por mais 2 (dois) anos, correspondente ao período de 27/06/2024 a 26/06/2026, permanecendo o compromisso de pagamento mensal R\$639.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais “carve-out”, as demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 da filial UPAE Arruda.

As demonstrações financeiras “carve-out” da filial Unidade de Atenção Especializada UPAE Arruda são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações financeiras individuais da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer que foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações financeiras “carve-out” que estão sendo apresentadas contemplam os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Unidade de Atenção Especializada UPAE Arruda, gerida pelo Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial do SPCC como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares e das filiais decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSSs).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Portanto, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso a Entidade manifeste interesse em não o renovar, este será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumi-lo.

A emissão das demonstrações financeiras “carve-out” foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2025.

Detalhes sobre as políticas da UPAE Arruda são apresentados na nota explicativa nº 6 - Principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da unidade UPAE Arruda. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras “carve-out”, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

A Entidade não possui transação contábil relevante para a qual fosse necessária a aplicação de julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes - Reconhecimento de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD: estimativa das perdas de crédito esperadas de possíveis eventos de inadimplência e perdas esperadas.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Entidade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Entidade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (“non-performance”). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: “Inputs”, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: “Inputs”, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Entidade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Entidade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras “carve-out”, salvo disposição em contrário.

a) Apuração das receitas e despesas

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime de competência.

As receitas decorrentes de contrato de gestão, doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção, para aplicação específica, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Entidade.

b) Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, quando aplicável, tarifas bancárias, despesas com juros sobre fornecedores pelo atraso de pagamentos e apropriação de encargos sobre impostos e contribuições parcelados ou em atraso.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, poupança, e aplicações financeiras de liquidez imediata.

d) Contas a receber - contrato de gestão

As contas a receber são demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, ajustados por provisão para perda, se necessário. Uma provisão para perda esperada de créditos é constituída quando existe uma evidência objetiva de uma expectativa futura de perdas da Entidade em relação ao contas a receber.

As contas a receber são compostas preponderantemente das seguintes fontes:

Secretaria de Saúde do Município do Recife - SESAU

Para realizar atendimento com exclusividade para pacientes da rede SUS (100% SUS), a Entidade recebe recursos financeiros mediante transferências oriundas do Município do Recife. A liberação dos recursos é composta de um valor fixo de 70% do orçamento mensal, e um valor correspondente à parte variável de 30% do orçamento mensal, este último correspondente à avaliação trimestral dos indicadores de desempenho qualitativo e quantitativo conforme sua valoração estabelecida nas informações técnicas, definido no contrato de gestão entre as partes.

Município do Recife - reequilíbrio financeiro

O reequilíbrio financeiro corresponde ao déficit gerado nas atividades operacionais, os quais são apresentados e aprovados pelo Município do Recife para cobrir os custos e despesas operacionais incorridos.

e) Estoques

Os estoques de materiais estão avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição, os quais não superam os custos de reposição, isso significa que os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O valor realizável líquido é o valor de aquisição para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com a prestação do serviço.

- **Medicamentos:** Corresponde ao estoque de remédios utilizados na atividade principal da Entidade. O estoque é renovado mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura de acordo com a complexidade dos pacientes.
- **Materiais médicos e descartáveis:** Corresponde aos estoques de materiais de consumo hospitalar e materiais que colaboram com a higiene e saúde dos pacientes e são utilizados na atividade principal da Entidade. Estes estoques são renovados mensalmente de acordo com a demanda e a necessidade futura, de acordo com a complexidade dos pacientes.
- **Nutrição:** São os estoques de alimentos (gêneros secos, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados do leite) para serem utilizados na alimentação servida aos pacientes que são atendidos na Entidade.
- **Almoxarifado administrativo e manutenção:** Composto por material de consumo administrativo utilizado nas atividades operacionais, bem como peças e material elétrico e hidráulico utilizados na manutenção da Entidade. A utilização destes itens depende da demanda, entretanto possuem uma rotina fixa de ressurgimento mensal.

A Entidade avalia a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

f) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros não derivativos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

Ativos não financeiros

A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, para determinar se há uma indicação de redução ao valor recuperável ou perda de seu valor recuperável dos ativos. Se tal indicação existir, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil líquido de um ativo exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

g) Patrimônio líquido

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao patrimônio social.

h) Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda é realizada anualmente e inclui a avaliação das evidências disponíveis, prazo de prescrição, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j) Impostos e contribuições

A Entidade, por sua finalidade e objetivos, mediante art. 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeito ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A Entidade apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), com isso a Entidade é imune do pagamento de imposto de renda e está isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), assim como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da contribuição patronal à Seguridade Social.

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

COFINS

A Entidade é isenta do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal para os exercícios findos em dezembro de 2024 e de 2023:

- Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo).
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL).

ISS sobre a receita (ISSQN)

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos da Constituição Federal, nos termos do artigo 150, VI, “c”, aos quais as entidades sem fins lucrativos são imunes do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Isenção de contribuição para a seguridade social

A Entidade se enquadra nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nº 3.039 e nº 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente. Assim, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas - salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC, passou a ser o Ministério da Saúde, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - SPCC.

k) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A Administração não identificou impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras decorrente da adoção das normas novas e alteradas listadas a seguir:

- Alterações à CPC 03 (R2) /IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) /IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à CPC 26 (R1) /IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à CPC 26 (R1) /IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants";
- Alteração à CPC 06(R2) /IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback".

CPCs/IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações à CPC 02 (R2)/IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

A Administração está conduzindo uma análise sobre os impactos da alteração da IFRS 18, com o objetivo de compreender suas possíveis implicações e planejar as ações necessárias para garantir uma adaptação adequada.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aplicações financeiras - liquidez imediata - contratos de gestão	<u>632</u>	<u>629</u>
	<u>632</u>	<u>629</u>

Os recursos com restrição mantidos em caixa, contas-correntes e aplicações financeiras referem-se a valores recebidos do contrato de gestão firmado com órgãos governamentais, cuja utilização é restrita a operacionalizar projetos, aquisições e atividades predeterminadas e que poderão estar sujeitos à prestação de contas.

Os recursos estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário - CDB com mercado de liquidez, remunerados a uma taxa média que pode chegar a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2024 e 2023.

8. CONTAS A RECEBER - CONTRATO DE GESTÃO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Secretaria Municipal de Saúde - SESAU/PE (a)	1.172	1.445
Secretaria Municipal de Saúde - SESAU/PE - reequilíbrio financeiro (b)	<u>330</u>	<u>330</u>
	1.502	1.775
Provisão para perdas estimadas (c)	<u>(190)</u>	<u>(248)</u>
	<u>1.312</u>	<u>1.527</u>
Circulante	982	1.197
Não circulante	330	330

- (a) O saldo a receber da Secretaria Municipal de Saúde - SESAU em 31 de dezembro de 2024 corresponde ao valor repassado pela Prefeitura referente ao 8º termo aditivo, acrescido do Repasse do piso de enfermagem.
- (b) Reconhecimento do reequilíbrio financeiro devido aos déficits acumulados nos exercícios, não inclusos no orçamento anual e que foi pleiteado ressarcimento pela Secretaria Municipal de Saúde - SESAU.
- (c) A Administração da Entidade reconheceu PECLD das competências não liquidadas em anos anteriores em função da assinatura do Termo de Ressarcimento e Ajuste de Contas, por onde foi realizado o pagamento do déficit pela Secretaria de Saúde do Recife e realizado encontro de contas. Em 2024, foi realizada a baixa definitiva, da parcela de 01/2017 e 04/2017 correspondente a R\$58 em razão do período de apuração ter completado 5 (cinco) anos do vencimento do crédito sem que este tenha sido liquidado.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa da Entidade está apresentada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo anterior	248	248
Baixas	<u>(58)</u>	<u>-</u>
Saldos finais	<u>190</u>	<u>248</u>

9. ESTOQUES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Medicamentos	10	13
Materiais médicos e descartáveis	18	12
Almoxarifados gerais	40	49
Outros insumos assistenciais/nutrição	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>69</u>	<u>75</u>

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e concluiu não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência dos estoques, estoques de baixo giro, ou itens com data de validade vencida.

10. PARTES RELACIONADAS

A Entidade apresenta mensalmente esses valores nas prestações de contas junto a SESAU. Em 2024 a Entidade possuía os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mútuo com partes relacionadas - passivo:		
Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer - HMR	(4)	-
Total	<u>(4)</u>	<u>-</u>

a) Remuneração da administração

A Sociedade tem um Conselho deliberativo, composto membros natos (integrantes da Diretoria, Secretário e Superintendente Geral) e membros eleitos, os quais não fazem jus a qualquer remuneração, conforme disposto no artigo nº 17, do Estatuto Social e também como determina a Lei nº 15.210/13.

11. FORNECEDORES

Referem-se a obrigações correntes com fornecedores, principalmente de materiais e de serviços hospitalares.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores de serviços e de materiais/consumos diversos (a)	63	274
Fornecedores de insumos assistenciais	10	9
Outros	46	47
	<u>119</u>	<u>330</u>

(a) Quitação das faturas em aberto da concessionária de distribuição de energia de PE das competências 3 a 11 de 2023 em 1 e 2 de 2024.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	60	61
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	6	12
ISS retido a recolher	2	6
Taxa assistencial	2	-
	<u>70</u>	<u>79</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão para férias e encargos sobre férias	405	402
Provisão de rescisão (a)	-	213
Salários a pagar (b)	201	213
Encargos trabalhistas sobre folha	66	67
Outras obrigações	12	12
	<u>684</u>	<u>907</u>
Circulante	684	694
Não circulante	-	213
	<u>684</u>	<u>907</u>

- (a) O saldo do exercício de 2024, nulo, é referente à baixa da conta de provisão de rescisão das unidades sob gestão, fundamentada na carta de representação da auditoria externa, que recomendou a reversão.
- (b) O saldo corresponde aos valores relativos à folha de pagamento da competência de dezembro do ano corrente.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências

Em 2023, as provisões para contingências prováveis relacionadas a processos trabalhistas estavam reconhecidas no montante de R\$46. No ano de 2024 permaneceu.

	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Encargos</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>2024</u>
Processos trabalhistas	46	-	-	-	-	46
	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46</u>

Contingências possíveis

A Entidade é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

- **Trabalhistas** - Os processos trabalhistas, classificados como perda possível, relacionam-se entre outras questões a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora extra, enfermidades e acidentes de trabalho. Os processos encontram-se em diversas instâncias aguardando julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Entidade e no sucesso de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado para cobrir perdas prováveis com essas questões.

No exercício corrente, o montante correspondente a processos trabalhistas com probabilidade possível risco de perda é de R\$131, no ano de 2023 esse valor era de R\$70, não há outros processos com risco de perda possível.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Entidade é empregado integralmente nos seus objetos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais. A informação consolidada do déficit e patrimônio líquido, a entidade apresenta patrimônio líquido no ano de 2024 de R1.155 maior quando comparado ao ano de 2023 R\$923, decorrente da incorporação do superavit do exercício.

A Entidade não distribui parcelas do patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

16. RECEITAS OPERACIONAL LÍQUIDA

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a receita operacional está composta conforme descrito a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Secretaria de Saúde do Município do Recife - SESAU	7.852	8.821
	<u>7.852</u>	<u>8.821</u>

17. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	(2.664)	(2.461)
Medicamentos, materiais hospitalares e descartáveis	(30)	(41)
Serviços médicos prestados	(1.075)	(966)
Material de limpeza, manutenção e conservação	(289)	(280)
Serviços laboratoriais	(714)	(619)
Insumos assistenciais e outros custos com serviços	(122)	(163)
	<u>(4.894)</u>	<u>(4.530)</u>

18. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas gerais e administrativas	(2.368)	(2.186)
Outras receitas (despesas) líquidas	(343)	(209)
Total	<u>(2.711)</u>	<u>(2.395)</u>
Despesas operacionais por natureza:		
Despesas com pessoal	(1.840)	(1.587)
Serviços terceirizados	(314)	(429)
Manutenção e conservação	(41)	(3)
Água, esgoto e energia elétrica	(126)	(118)
Materiais de uso e consumo	(46)	(49)
Outras receitas (despesas) líquidas	(344)	(209)
Saldo final	<u>(2.711)</u>	<u>(2.395)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8	9
Descontos obtidos	-	9
	<u>8</u>	<u>18</u>
Despesas financeiras:		
Tarifas bancárias	(18)	(12)
Juros e multas	(2)	(4)
Outros	(2)	(2)
	<u>(22)</u>	<u>(18)</u>
Total do resultado financeiro, líquido	<u>(15)</u>	<u>-</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de liquidez imediata que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.
- Contas a receber - contrato de gestão - A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	632	629
Contas a receber - contratos de gestão	1.312	1.527
Outros créditos	65	54
Total	<u>2.009</u>	<u>2.210</u>

Risco de liquidez

É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

31/12/2024

Passivos financeiros	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Fornecedores	119	119	119	-	-	-

31/12/2023

Passivos financeiros	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 6 meses	De 7 a 12 meses	De 13 a 36 meses	Mais 36 meses
Fornecedores	330	330	330	-	-	-

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações, conforme quadro demonstrativo:

	Valor contábil		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	632	629	632	629
Contas a receber - contrato de gestão	1.312	1.527	1.312	1.527
Outros créditos	65	54	65	54
Fornecedores	119	330	119	330

21. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A renovação do CEBAS foi publicada no diário oficial da união em 28/02/2024, com prazo de validade até 31 de dezembro de 2024. Ficando assim, a Entidade alcançada pelo disposto no § 2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que “§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

Conforme Processo nº 25000.192381/2024-51, por meio da declaração de tempestividade emitida pelo Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS) acerca da validade do CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social) da SPCC para fins de comprovação, a entidade protocolou em 19 de dezembro de 2024, tempestivamente, o seu requerimento de renovação do CEBAS, correspondente ao exercício de 2025, o qual ainda está em análise pelo órgão competente, após o deferimento o certificado terá validade de 3 (três) anos

22. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2024 e 2023.

Filipe Costa Leandro Bitu
Superintendente-geral das Unidades Sob Gestão

João Henrique Freire de Assis Corrêa
Contador
CRC nº PE 0296396/O-2
